

Bruno Moreira Riani Costa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Campus de Rio Claro.
Graduado em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro
bruno.riani@unesp.br

Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica

Resumo

Entendemos que a consideração da forma social do valor pode atribuir novas determinações à noção de valorização do espaço, contribuindo para a ampliação de sua capacidade explicativa. Para tanto, há no presente artigo uma interlocução entre a abordagem marxista da forma valor e a vertente da tradição crítica da geografia brasileira que propõe, como objeto da geografia, a análise dos processos de valorização do espaço. Nota-se alguns pontos de incompatibilidade entre ambas, em cujo cerne entendemos estar a extensão concedida à noção de valorização: mais ampla na tradição geográfica e mais restrita na abordagem da forma valor. Neste quadro, sugerimos uma distinção entre produção do espaço e valorização do espaço: se ao primeiro termo poderia ser concedida significação ampla, correspondente ao conjunto das práticas de determinada sociedade instaladas sobre o conjunto de seus objetos geográficos, entendemos que o segundo termo poderia corresponder a um tipo específico de produção do espaço, ocorrido quando os próprios objetos geográficos são os objetos de valorização. Seguindo esta indicação, discutimos brevemente algumas das maneiras pelas quais entendemos ocorrer tais processos de valorização do espaço, em conformidade com a circunscrição histórica do valor como expressão de relações sociais específicas, como ressaltado pela abordagem da forma valor.

Palavras-chave: valor, forma valor, valorização do espaço, geografia crítica, produção do espaço.

Abstract

VALUE FORM AND VALORIZATION OF SPACE: NOTES FOR A DEBATE IN CRITICAL GEOGRAPHY

We understand that the consideration of the social form of value can contribute to add new determinations to the notion of valorization of space, aiming at the expansion of its explanatory capacity. Therefore, this article establishes a dialogue between the Marxist approach to the value form and the part of the critical tradition of Brazilian geography that proposes, as an object of geography, the analysis of the valorization of space. There are some points of incompatibility between them, which we believe to be derived from a too broad consideration, on the part of the geographic approach, of the concept of valorization. In this framework, we suggest a distinction between production of space and valorization of space: while the first term could have a broad meaning, corresponding to the set of practices of a given society regarding its geographic objects, we understand that the second term should correspond to a specific type production of space, which occurs when the geographic objects themselves are the objects of valorization. Following this indication, we discuss some of the ways in which we understand these processes of valuing space to occur, in accordance with the historical circumscription of value as an expression of specific social relations.

Key-words: value, value form, valorization of space, critical geography, production of space.

1. Introdução

O presente artigo, em interlocução com a tradição crítica da geografia brasileira, pretende indicar como o debate sobre a *forma valor* pode fornecer contribuições importantes para pensar a realidade a partir do espaço geográfico. Mais especificamente, retomamos a ideia central contida na conhecida e influente obra de Moraes e Costa (1987), acerca de que a geografia deveria tomar por objeto os processos de *valorização do espaço*. Neste sentido, entendemos que a referida noção de valorização do espaço merece ser cotejada com as perspectivas da tradição marxista – em geral alinhada aos trabalhos de Rubin (1980; 2020) – que enfatiza a *forma social* do valor.

O recurso a esta interpretação marxista, em específico, é relevante na medida em que, conquanto as dimensões da *substância* e da *medida* do valor estejam bem contempladas pela proposta de Moraes e Costa (1987), a consideração de sua forma social aparece de maneira mais opaca, e

sem que dela sejam retiradas consequências para pensar a categoria da valorização do espaço. Neste sentido, entendemos que a indicação desta dimensão do valor pode contribuir para adicionar novas determinações ao referido conceito, almejando uma ampliação de sua capacidade explicativa, mesmo que isso passe pela redução de seu escopo.

Dentro deste quadro, o presente artigo divide-se da seguinte forma: inicialmente, há uma seção destinada a expor alguns pontos considerados relevantes da abordagem marxista da forma valor. Conforme será discutido, o valor aparece como expressão de relações sociais específicas e historicamente determinadas, constituindo o princípio organizador da produção e do trabalho social sob o capitalismo. Em seguida, tiramos as consequências desta exposição sobre a teoria do valor para pensar o conceito de *valorização do espaço*, indicando certas incompatibilidades com a proposta de Moraes e Costa (1987). Na proposta destes autores, há uma transposição do conceito de valorização para outros modos de produção distintos do capitalismo, assim como a indicação de uma equivalência direta de *trabalho a valor*, entendimentos que seriam considerados inadequados se analisados pela ótica da forma valor. Neste sentido, vale ressaltar, não se trata aqui de indicar supostas falhas na proposta de Moraes e Costa (1987) *em si*. Trata-se, antes, de um exercício teórico em que se confronta a proposta dos autores com a interpretação de uma outra tradição marxista, indicando incompatibilidades e interseções, com vistas a promover o debate em torno da noção de *valorização do espaço*.

Frente a isso, entendemos que um encaminhamento adequado da questão poderia passar pela distinção entre *produção do espaço* e *valorização do espaço*, com este segundo termo assumindo um caráter mais restrito do que aquele proposto originalmente pelos autores. Ou seja, ao passo que à noção de produção do espaço é garantida significação bastante ampla, correspondendo ao conjunto das práticas de determinada sociedade que se instalam sobre o conjunto de seus objetos geográficos, a valorização do espaço corresponderia a um tipo específico de produção do espaço, ocorrida quando os próprios objetos geográficos são objetos de valorização. Por fim, discute-se, de maneira bastante sucinta, algumas maneiras pelas quais se poderia pensar em valorização do espaço no sentido restrito indicado.

2. Valor e valorização

Ponto relativamente pacífico dentro da tradição marxista parece ser o entendimento do *trabalho* como *substância* do valor. Menos disseminada, entretanto, é a abordagem herdada da interpretação seminal de Rubin (1980), que enfatiza a *forma social* do valor. Seguindo esta tradição, a principal pergunta a ser colocada é: sob que circunstâncias e por meio de quais relações sociais os produtos do trabalho humano assumem a *forma valor*?

Trata-se da indicação de uma nova dimensão fundamental para a compreensão das categorias econômicas capitalistas e, portanto, complementar à preocupação ricardiana fundamental. Ou seja, mais do que a elaboração de uma teoria do valor instrumental, voltada para quantificar e calcular variáveis econômicas (FINE, 2012), trata-se de mudar o foco das análises “rumo ao estudo das relações sociais de produção e suas formas de manifestação” (SAAD-FILHO, 2011, p. 50). Afinal, como colocado por Marx (2013, p. 154-155)

(...) a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo.

Assim – e diferentemente de parte da interpretação marxista tradicional, correspondente à *abordagem do trabalho incorporado*¹, que enfatiza cálculos de valores e preços na esteira dos economistas clássicos (MOLLO, 2013) – o paradigma da forma valor realça as rupturas de Marx com seus predecessores e postula uma aproximação *qualitativa* ao valor. Este deixa então de ser lido como uma propriedade fisiológica inerente aos produtos do trabalho humano para ser compreendido como forma social historicamente determinada. O valor deixa de ser associado a uma suposta propriedade natural das coisas. Seria justamente a identificação desta necessária raiz histórica e social do valor, portanto, o principal ponto de virada da teoria marxiana do valor frente à concepção de seus antecessores².

Para delinear este caráter histórico e transitório das relações sociais mediadas pelo valor, é pertinente seguir a indicação de Marx e começar pela mercadoria, forma elementar da riqueza sob o regime do capital. Isto porque “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma *imensa coleção de mercadorias*” (MARX, 2013, p. 113), sendo este um aspecto distintivo e central da organização do processo de trabalho sob este modo de produção. Neste quadro, instaura-se a contradição fundamental entre o caráter ao mesmo tempo *privado* e *social* do trabalho produtor de mercadorias: *privado* porque são realizados individualmente (em unidades produtivas independentes e concorrentes); *social* porque este é o caráter da divisão do trabalho e porque as mercadorias produzidas individualmente só podem se realizar enquanto tal ao confrontar mercadorias distintas (produzidas por outrem) no mercado³ (MOLLO, 2013, p. 51). Tendo em vista essa contradição, “faz-se necessário, então, um mecanismo capaz de resolver de alguma forma (...) tal contradição constitutiva. Este mecanismo é o valor de troca, representado socialmente pelo dinheiro” (PARANÁ, 2020, p. 200). Assim, mais do que uma troca direta de produtos individuais do trabalho, a generalização da forma mercadoria pressupõe necessariamente que o *dinheiro* também apareça generalizado. Isso porque

para realizar a mercadoria de um só golpe em valor de troca e lhe conferir a eficiência universal do valor de troca, não é suficiente a troca por uma mercadoria particular. A mercadoria deve ser trocada por uma terceira coisa que, por sua vez, não seja ela mesma uma mercadoria particular, mas o símbolo da mercadoria como mercadoria, o próprio valor de troca da mercadoria; *portanto, que represente, digamos, o tempo de trabalho enquanto tal, digamos, um pedaço de papel ou de couro que represente uma parte alíquota de tempo de trabalho.* (Um tal símbolo presume o reconhecimento universal; só pode ser um símbolo social; expressa de fato apenas uma relação social) (MARX, 2011, p. 93. grifos no original).

Desta forma, o *dinheiro* enquanto *expressão necessária do valor* é o que permite que produtos do trabalho privado sejam confrontados e tornados equivalentes. Ademais, o dinheiro resolve também uma segunda contradição: aquela entre *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*. Ou seja, é no momento da troca que se efetiva a *abstração* dos trabalhos *concretos*. Trabalhos concretos produzem valores de uso específicos, ao passo que, no momento da troca, estes trabalhos qualitativamente diferentes se igualam e os valores de uso

individuais tornam-se apenas suportes para a substância comum que efetivamente iguala as mercadorias: *o valor*, cuja substância é o *trabalho abstrato*⁴. Como bem ilustrado por Heinrich (2004, p. 48, tradução livre):

a carpintaria não produz valor enquanto carpintaria (enquanto carpintaria produz, digamos, uma cadeira); na verdade, produz valor enquanto trabalho humano cujo produto é trocado por outros produtos do trabalho humano. Assim, a carpintaria produz valor como trabalho abstraído de sua manifestação concreta como carpintaria. É por este motivo que Marx trata o trabalho produtor de valor como trabalho abstrato⁵.

Assim, é através da venda – troca de uma mercadoria por dinheiro – que o trabalho concreto despendido na produção de uma mercadoria específica passa por uma sanção social: “o dinheiro ganha, assim, a importância de ser o validador social das mercadorias ou dos trabalhos que as produziram” (MOLLO, 2013, p. 51). A troca, portanto, é parte fundamental da produção (em sentido amplo), sendo o momento em que o trabalho concreto e privado é tornado abstrato e validado socialmente. Constitui, assim, a forma pela qual as pessoas travam relações entre si em uma sociedade mercantil (simples ou capitalista). Ou seja, é pelo intermédio das mercadorias que as pessoas são inseridas socialmente no capitalismo. Assim é que o valor e o dinheiro expressam relações sociais que presidem e regulam a organização do trabalho social sob o capitalismo. Isto posto, vale dizer que a ênfase na importância da moeda é outro ponto distintivo da interpretação de Rubin (2020): afinal, trata-se da expressão necessária do valor, que se dá através da forma preço das mercadorias.

Desta maneira, a “forma do valor rege a produção social do trabalho, porque ampara a necessidade da conversão da mercadoria em dinheiro”, além de promover uma “autonomização do dinheiro em relação às mercadorias, como estas em relação aos trabalhos individuais” (SOUZA, 1984, p. 170). Esta autonomização se dá na medida em que “os produtores passam a produzir diretamente para a troca com o objetivo de transformar a sua mercadoria particular em dinheiro, na *forma do valor e na expressão geral da riqueza*” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019, p. 68, grifos no original). E é este movimento de autonomização do dinheiro (tomado como expressão do valor) que lança as bases para o desenvolvimento das relações plenamente capitalistas como desdobramento genético da sociedade mercantil simples.

Isso ocorre porque o dinheiro, mais do que meio de troca e medida de valor, tende também a atuar como um *fin em si* mesmo enquanto expressão autonomizada da riqueza abstrata (MILIOS, 2009, p. 266). Converte-se em sujeito de um processo que permite aos seus detentores o comando dos meios de produção e da força de trabalho de outrem: a força de trabalho converte-se em mercadoria ela mesma – capaz de ser comprada sob a forma de trabalho assalariado – e o dinheiro empenhado em meios de produção e contratação de assalariados converte-se em *capital*: dinheiro utilizado para transformar-se em mais dinheiro; valor que se valoriza (BELLUZZO, 1980, p. 85).

Em suma: a generalização da troca de mercadorias faz com que as pessoas devam buscar sua subsistência no mercado. Para tanto, deve-se trocar aquilo que se possui pelo dinheiro que permitirá a aquisição das mercadorias de que se demanda. Àqueles privados de meios de produção e dinheiro, contudo, não há alternativa senão vender a única mercadoria de que dispõem: sua força de trabalho. Nesta dinâmica, o circuito do dinheiro e da mercadoria para estes sujeitos aparece da seguinte forma: M-D-M; vende-se uma mercadoria (força de trabalho) em troca do dinheiro (na forma de salário) que permitirá a compra de mercadorias demandadas pela reprodução de determinado padrão de sociabilidade e consumo condicionado pelo lugar ocupado na estrutura social em dado contexto histórico e cultural.

Situação diversa é a daquele que possui, de partida, uma determinada soma de dinheiro (expressão autonomizada do valor frente às mercadorias e ao trabalho) e deseja expandi-la: este deve empenhar o dinheiro na aquisição de mercadorias que lhe permitam, ao final de um ciclo, obter mais dinheiro. O dinheiro neste caso funciona como *capital* (na medida em que é posto para autovalorizar-se) e seu ciclo pode ser descrito da seguinte forma: D-M-D'. Vale frisar que o dinheiro ao final do ciclo só é maior que o montante inicial porque, ao longo do processo produtivo, há a apropriação de *mais-valor*. E isto só se dá porque se adquire um tipo especial de mercadoria cujo valor de uso é gerar mais valor do que o correspondente ao seu valor de troca: esta mercadoria é a força de trabalho. Assim, como resumido por Belluzzo (1980, p. 86):

é o fato de sugar trabalho vivo como mero tempo de trabalho que confere ao capital a possibilidade de obter uma mais-valia durante o processo produtivo que, por isso mesmo, deixa de ser uma relação entre *input* e *output* em termos físicos para se revelar como processo de valorização.

Neste processo, a *lei do valor* vigente desde a sociedade mercantil simples – isto é: a lei que postula que os valores das mercadorias são proporcionais ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (BORGES NETO, 2004) – torna-se *lei de valorização*, a lei do movimento do capital tendendo a reproduzir-se em escala ampliada (autovalorizar-se), o que faz sugando *trabalho vivo* (BELLUZZO, 1980). Assim, têm-se que o objetivo único da produção capitalista de mercadorias é a acumulação de riqueza abstrata, a contínua (auto)valorização do valor mediante apropriação do trabalho abstrato. Neste esquema é que podemos dizer, com Heinrich (2004, p. 87), que sob o regime do capital “a satisfação das necessidades só ocorre como subproduto, na medida em que coincide com a valorização do capital. O objetivo da produção capitalista é a mais-valia, e não a satisfação das necessidades”⁶.

Nesta dinâmica – que se dá quando o dinheiro se autonomiza, torna-se capital em potência, e os produtores diretos tornam-se força de trabalho livre – a produção e o trabalho social passam, portanto, a estarem submetidos à lei de valorização do capital. Neste sentido, como observado por Souza (1984, p. 11), é o capital que se torna o conceito hegemônico, subordinando a ele as demais categorias: “rompe-se o último vestígio de rigidez da teoria do valor-trabalho, pois o que define a sociedade capitalista não é o trabalho, mas sim o capital”; aquele (o trabalho) sendo um apêndice – um valor de uso empregado para alcançar o fim último (a acumulação de riqueza abstrata) – deste (o capital), que passa a organizar produção e determinar a distribuição do trabalho vivo entre setores e lugares segundo critérios de rentabilidade. Como resumido por Arthur (2004, p. 44, tradução livre):

Quando o capital organiza o processo de produção tendo em vista a maximização da valorização, o objetivo real é o retorno em dinheiro. O dinheiro é a forma existente de “riqueza abstrata” (Marx) e isso significa que a atividade que o produz é ela mesma posta como abstrata; portanto, o trabalho vivo empregado no processo de produção capitalista conta apenas como passagem de tempo de trabalho. O trabalhador se torna uma “carça do tempo”, na expressão de Marx. O “trabalho abstrato”, assim, é postulado pelas relações sociais dentro das quais a produção ocorre⁷.

Desta forma, além da existência da apropriação de mais-trabalho sob a forma específica do mais-valor, deve-se frisar como caráter distintivo do capitalismo o fato de a produção estar organizada segundo leis cegas e impessoais.

Assim, o fetichismo não é meramente um véu que encobre as relações entre pessoas fazendo com que estas se apresentem como relações entre coisas (RUBIN, 1980). Trata-se, na verdade, da própria “regulação objetiva do mundo social pelo mundo das mercadorias, independentemente da consciência que se tenha a respeito disso”; isto se dá na medida em que, “para satisfazerem suas necessidades, os produtores precisam primeiro satisfazer a necessidade abstrata da rentabilidade, da lucratividade, da valorização do valor” (LIMA; HEINRICH, 2018, p. 213). Como já expresso na glosa marxiana: “aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*” (MARX, 2014, p. 78).

Dentro deste quadro, um desdobramento importante da lei de valorização como organizadora da produção capitalista é a dinâmica da concorrência intrasetorial. Constrangidos pela concorrência, os capitalistas individuais são levados a produzir *mais* mercadorias em *menos* tempo de trabalho, com vistas a alcançar superlucro. Assim, aqueles pioneiros na adoção de técnicas que aumentem a produtividade conquistam uma vantagem frente aos concorrentes. Vantagem, entretanto, sempre provisória, na medida em que os ganhos em produtividade tendem a se generalizar; tão logo isso ocorre, o valor social da mercadoria produzida cai e extingue-se a vantagem relativa do capitalista individual outrora na vanguarda. Instaure-se, assim, novamente a busca pela obtenção de sobrelucros, induzindo novos avanços técnicos que levam a ainda maiores produtividades.

Na elucidativa imagem de Borges Neto (2004, p. 150), trata-se de uma corrida travada entre capitalistas sobre uma esteira rolante mecânica cuja velocidade é dada pelo ritmo de introdução do progresso técnico: se os corredores forem mais rápidos (isto é: introduzirem avanços técnicos em ritmo acelerado), a esteira, por reflexo, também rolará mais depressa; “como a esteira não pode ser parada, não haverá nunca um ganhador final, e nenhum competidor poderá parar, sob pena de ficar irremediavelmente para trás”.

Assim, o progresso das forças produtivas depende da dinâmica da acumulação de capital, de modo que o progresso técnico é determinado pela reprodução ampliada das estruturas capitalistas (BALIBAR, 1980, p. 264), — ou seja, dos imperativos da lei de valorização (BELLUZZO, 1980, p. 90-1). Trata-se de um impulso irrefreável em direção à ampliação da produtividade do trabalho, equivalente a dizer:

máximo de produtos com mínimo de trabalho; daí, o maior barateamento possível das mercadorias. Independentemente da vontade de tais ou quais capitalistas, isto se converte em lei do modo de produção capitalista. E esta lei somente se realiza implicando outra, ou seja, a de que não são as necessidades existentes que determinam a escala da produção, mas, pelo contrário, é a escala da produção – sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção – que determina o volume do produto. Seu objetivo [é] que cada produto [...] contenha o máximo possível de *trabalho não pago*, e isto só se alcança mediante a *produção pela própria produção* (MARX, 1978, p. 69, grifos no original).

Trata-se de uma contradição central na dinâmica da acumulação: enquanto para o capital em sua totalidade o trabalho aparece como única base possível para valorização, os capitalistas individuais, imersos na concorrência, são impelidos a crescentemente reduzir a parcela de trabalho vivo necessária ao processo produtivo: “a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual apoia esse processo de valorização”, delineando o movimento do capital como uma *contradição em processo* (BELLUZZO, 1980, p. 100).

Assim, conforma-se a tendência ao declínio da taxa de lucro acompanhada do aumento na *massa* de lucros. A *produção pela produção* e o aumento da massa de capitais a serem valorizados sobre uma base cada vez menor de trabalho vivo faz surgir uma tendência à *superacumulação de capital*. Isso se dá na medida em “que o crescimento da capacidade produtiva – movido pela competição intercapitalista – determina o excesso de capital vis-à-vis a taxa de lucro corrente” (MAZZUCHELLI, 2004, p. 48). Ou seja: a base de trabalho vivo torna-se insuficiente para realizar a valorização de todo o capital acumulado, sem o que este desvaloriza-se. Na síntese de Harvey (2020, p. 77): “produz-se capital demais em relação às oportunidades [rentáveis, vale acrescentar] de uso desse capital”. Frente a esta situação: “o processo de acumulação passa a estagnar ou se encontram *novas oportunidades de investimento*” (HARVEY, 2020, p. 83, grifos meus).

A ideia da sobreacumulação como tendência crônica do capitalismo, correspondente a determinações da própria lei de valorização, será posteriormente importante no presente artigo para apresentar a ideia de *circuito secundário do capital*. O ponto central a ser retido aqui, entretanto, é a concepção do valor como princípio ordenador da estrutura econômica capitalista, social e historicamente enraizado, posto que correspondente a relações sociais específicas. O valor, destarte, não pode ser tomado como

uma propriedade natural e/ou absoluta incorporada a todos os produtos do trabalho humano, mas apenas àqueles inseridos nesta teia de relações particulares a este modo de produção específico. O fetichismo, neste sentido, não corresponde a uma mera ilusão que subordina os sujeitos às coisas: trata-se de uma descrição do próprio funcionamento da estrutura econômica capitalista. A produção organizada a partir da forma valor impele os sujeitos a agirem *através* dos objetos que possuem, sendo estes objetos portadores de relações sociais. Nas palavras do próprio Rubin (1980, p. 44), “na sociedade mercantil-capitalista as pessoas estão vinculadas por relações de produção através da transferência de coisas”. Isso ocorre na medida em que “a coisa através da qual as pessoas mantêm determinadas relações umas com as outras desempenha um papel social específico, vinculando pessoas” e assumindo um “papel de *intermediária* ou *portadora* dessa determinada relação de produção” (RUBIN, 1980, p. 44, grifos meus).

3. Sobre a noção de valorização do espaço em Moraes e Costa

Frente ao que foi exposto – no que foi uma tentativa de sintetizar, em poucas páginas, algumas das determinações que consideramos centrais ao processo de valorização – cabe tirar consequências para pensar o espaço geográfico. Neste sentido, apontaremos aqui o que entendemos ser uma inconsistência da noção ampliada de *valorização do espaço* sugerida por Moraes e Costa (1987), se analisada sob a ótica da abordagem da forma valor. Ou seja, não se trata de apontar um suposto equívoco na referida obra em si, mas de confrontar algumas de suas proposições com uma interpretação marxista distinta acerca da teoria do valor, indicando pontos de contato e divergências, com o único intuito de promover o debate acerca da noção de *valorização do espaço*.

Vale ressaltar também, ainda que de passagem, a importância da obra no seio do processo de renovação crítica da geografia brasileira: é certamente uma das mais férteis tentativas de incorporação das contribuições marxistas à análise do espaço empreendidas no país, e à qual se tributa uma apreciável oxigenação nos debates realizados no âmbito da *renovação da geografia brasileira* (MOREIRA, 2009). Pesa também em favor do livro o fato de não ser

uma mera exegese dos livros marxianos em busca de uma suposta “geografia” ali contida e pronta para ser descoberta; trata-se, antes, de uma tentativa de transposição, para a discussão geográfica, de certos elementos centrais à teorização marxiana, tendo como principal objetivo pensar o espaço geográfico. No caso, o conceito central da proposta teórica dos autores corresponde justamente à categoria valor: para Moraes e Costa (1987), o objeto da geografia crítica deveria ser o processo de *valorização do espaço*, e é a lançar as bases desta empreitada que se dedicam no volume em questão.

Vale dizer, ademais, que há no livro uma exposição bastante correta e competente da teoria do valor marxiana (MORAES; COSTA, 1987, p. 110-120): dentre outros pontos, há a definição do valor como categoria social (e não fisiológica ou natural); a ideia da troca de mercadorias como igualadora de trabalho abstrato; a menção à importância do dinheiro e do mercado como princípios organizadores da produção capitalista; a indicação do trabalho assalariado como origem da mais-valia etc. Entretanto, conquanto a ideia de substância (trabalho) e medida (tempo de trabalho socialmente necessário) do valor estejam bem assentadas na obra em tela, a forma social do valor recebe menos atenção (a despeito da passagem em que se afirma o valor como categoria social). Entendemos ser justamente esta pouca atenção recebida pela forma valor que está na origem de nossa discordância com algumas das asserções dos autores quando estes tiram as consequências da exposição sobre valor para pensar a valorização do espaço.

Se, como foi apresentado, o valor é uma relação social especificamente capitalista, é incorreta a afirmativa de que “em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, *valoriza* o espaço” (MORAES; COSTA, 1987, p. 122, grifos meus), sob pena de obscurecer o caráter histórico da existência do valor. Não se trata de preciosismo ou de uma objeção meramente semântica: afinal, de acordo com a interpretação exposta na seção anterior do presente artigo, valor expressa relações de produção entre pessoas, relações estas historicamente determinadas. Dentro deste quadro, a afirmação de que *toda* sociedade valoriza seu espaço faz perder de vista essa dimensão.

Também, Moraes e Costa (1987, p. 121) partem da asserção de que “produzir é produzir espaço” – frase de Milton Santos (2002, p. 203) com a qual concordamos, como será discutido na próxima seção –, mas concluem

que, se produção é trabalho e “trabalho é fonte do valor, essa relação [de uma sociedade com seu espaço], do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente um processo de valorização”. Entendemos haver aqui uma transposição indevida de *produção do espaço* para *valorização do espaço*; questão à qual dedicamos a próxima seção do presente artigo. Ademais, há também uma equiparação, sem mediações, de *trabalho* a *valor*, tomando este como algo absoluto. Esta leitura dos autores é levada ao paroxismo quando se afirma que “não existe trabalho sem criação de valor” (MORAES; COSTA, 1987, p. 116). Ora, se é verdade que o trabalho é a substância do valor, isso não implica em que todo trabalho assuma a forma valor. Modos de produção pretéritos (e modos de produção quiçá vindouros) invariavelmente envolvem trabalho, por óbvio, mas não necessariamente implicam em valorização nem correspondem à generalização das relações sociais capitalistas.

Em suma: mantendo fidelidade à discussão exposta na seção anterior, discordamos da afirmação de Moraes e Costa de que toda sociedade valoriza seu espaço: a forma social do valor emerge como correspondente a *leis historicamente determinadas* vigentes sob o modo de produção capitalista. Ou seja, toda sociedade trabalha e, assim, produz o seu espaço. Entretanto, nem toda produção do espaço corresponde à valorização.

4. Produção do espaço e valorização do espaço

Entendemos que o sentido ampliado de *valorização do espaço* não dá conta de abranger adequadamente toda a *produção do espaço*, mesmo sob o capitalismo. Isso porque pode-se dizer que a economia é *uma* das dimensões da totalidade social, não a única. Corresponde a *um* nível de atribuição de significados aos objetos geográficos tendo por referência o quadro valorativo correspondente à dimensão econômica, o que não esgota as abordagens possíveis do espaço e de seus objetos. Afinal, um mesmo objeto geográfico pode assumir funções e significações distintas conforme o quadro de referência tomado por base. Um mesmo *lugar* ou objeto pode ter certa significação econômica, assim como outra política, ou religiosa, científica, cultural etc. Ou seja: mesmo sob o capitalismo – modo de produção no qual a lei de valorização desempenha papel determinante

na estruturação das práticas sociais – nem todas as ações de uma sociedade sobre os objetos geográficos são *plenamente* explicadas apenas por referência às leis do valor.

Afinal, como colocado por Santos (2002, p. 184) – em resposta a Castells, que considera o espaço como estrutura subordinada à economia – o espaço jamais pode ser considerado como dependente “unicamente da economia” e “nos dias de hoje é mais que evidente o fato de que outras influências interferem” em sua dinâmica. O exemplo empregue pelo autor é relativo à dimensão política: preocupações com segurança nacional, por exemplo, implicam em reordenações do território que *não* estão vinculadas de maneira primaz às determinações da valorização (SANTOS, 2002, p. 184-5).

Isto posto, julgamos ser pertinente a distinção entre *produção do espaço* e *valorização do espaço*: reservaremos a este termo um sentido mais restrito, em conformidade com as discussões sobre a *forma valor* apresentadas anteriormente, enquanto entendemos ser lícito atribuir sentido mais geral à ideia de *produção de espaço*. Com Santos (2002, p. 246, grifos meus), compreendemos que a produção é a base fundamental para explicação do espaço enquanto dimensão social, correspondendo ao “trabalho do homem para transformar, segundo *leis historicamente determinadas*, o espaço com o qual o grupo se confronta”. Esta nos parece ser uma conceituação de produção do espaço que escapa aos limites da produção estritamente econômica e que abrange outras modalidades de ação. Neste sentido, entendemos haver certa afinidade com o conceito mais geral de *prática* proposto por Althusser (2015, p. 136), entendida como

todo processo de transformação de uma matéria-prima determinada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios determinados. Em toda prática assim concebida, o momento do processo não é nem a matéria-prima, nem o produto, mas a prática no sentido estrito: o momento do próprio trabalho de transformação, que emprega, numa estrutura específica, homens, meios e um método técnico de utilização dos meios. Essa definição geral da prática inclui em si a possibilidade da particularidade: existem práticas diferentes, realmente distintas, embora pertencentes organicamente a uma mesma totalidade complexa (ALTHUSSER, 2015, p. 136).

As *leis historicamente determinadas* com as quais a sociedade se confronta no momento da produção de seu espaço não são apenas as determinações econômicas, mas também provenientes de outras “regiões” da

totalidade social (SANTOS, 2008a, p. 77). Entendemos ser este significado ampliado de *produção* assumido por Santos quando afirma que “todos os espaços são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da *produção*”; e que tanto a paisagem quanto o espaço “resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos” (SANTOS, 2008b, p. 67, grifos meus). Assim justificamos nossa não-equivalência de *valorização do espaço à produção do espaço*, com este último conceito assumindo significação bastante ampla: o conjunto das *práticas* de determinada sociedade que se instalam sobre o conjunto de seus objetos geográficos, dotando estes de novas funções ou formas.

5. Formas de valorização do espaço

Mas e quanto à *valorização do espaço*? A despeito das discordâncias aqui expressas quanto à sua hipostasia, acreditamos que o conceito pode assumir carga explicativa apreciável e, se bem delimitado, é plenamente compatível com as discussões sobre a forma valor esboçadas em seção anterior. Isto posto, entendemos que uma das maneiras de se pensar a *valorização do espaço em sentido estrito* envolve o conceito de *espaço-mercadoria* (SEABRA, 1988; GODOY, 2018): quando o espaço, mediante títulos de propriedade referentes a suas parcelas, *torna-se ele próprio uma mercadoria*.

Entendemos que a conceituação do espaço-mercadoria está próxima daquilo que Moraes e Costa (1987) caracterizaram como valor *do* espaço. Em linhas gerais: as qualidades de determinado recorte espacial, sejam elas relativas (localização, proximidade a algo etc.) ou objetivas (recursos naturais, trabalho incorporado, objetos geográficos etc.), implicam na concessão de um certo preço à sua propriedade, de modo que esse recorte espacial tornado mercadoria passa a constituir um canal para possível valorização mediante arbitragens com seu valor de troca. Assim, entendemos ser esta uma maneira possível de se pensar a valorização do espaço.

Vale dizer que a própria obra de Moraes e Costa (1987) traz discussões muito profícuas a esse respeito, como a indicação de que o valor *do* espaço (conforme caracterização supracitada) condiciona diretamente o

valor *no* espaço, isto é: a espacialidade da produção e da circulação das mercadorias propriamente ditas. Esta concepção, desde que não transposta para outros modos de produção (isto é, desde que contida nos limites das leis historicamente determinadas do modo de produção capitalista) e nem confundida com a totalidade dos processos de produção do espaço (que englobam não apenas processos econômicos, mas também oriundos de outras dimensões da realidade social), é certamente muito útil no deslindeamento da dinâmica espacial, além de plenamente compatível com as discussões aqui esboçadas.

Outra maneira de pensar a valorização do espaço em sentido específico, portanto em consonância com as discussões apresentadas anteriormente acerca da especificidade histórica e social do valor, entendemos corresponder às contribuições alinhadas ao que Harvey denominou *circuito secundário do capital*. Em formulação originalmente apresentada em artigo de 1978, Harvey (2020) sugere um esquema tripartite que corresponderia à distribuição do capital entre diferentes circuitos econômicos: o *primeiro circuito* corresponderia à produção de mercadorias convencionais (bens de consumo e produção); o *segundo circuito* diria respeito principalmente ao *meio ambiente construído*, destinado tanto à própria *produção* quanto ao *consumo*; o *terceiro circuito*, enfim, estaria relacionado a investimentos em ciência e tecnologia, além de serviços voltados para a reprodução da força de trabalho (educação e serviços de saúde) e/ou sua cooptação (artifícios ideológicos e militares).

Dentro deste quadro o autor sustenta que, frente a crises de sobreacumulação no circuito básico/primário – que, como já dito nos últimos parágrafos da seção dedicada à forma valor, são crônicas no capitalismo –, o capital tende a ser transposto ao circuito secundário. Isto porque a “sobreacumulação de capital envolve a produção de excedentes de força de trabalho, mercadorias e capital monetário – condições que são exatamente corretas para estimular o fluxo do capital circulante no circuito secundário do capital como um todo” (HARVEY, 2013, p. 319). Frente a isso, o circuito secundário aparece como um “presente dos deuses”: uma arena de possível absorção do capital sobreacumulado. Isso porque o investimento em meio ambiente construído, por suas particularidades, tem o potencial de absorver os excedentes de capital monetário ocioso e dar-lhes um destino

rentável. Para tanto concorre o fato de os investimentos em ambiente construído serem dotados de *longo prazo de maturação* e não estarem diretamente envolvidos na produção de mercadorias convencionais para consumo final. Além disso, estes investimentos têm a possibilidade de prepararem terreno para o avanço do circuito primário sobre novos horizontes espaciais. O leitor familiarizado com obras de divulgação mais recentes de Harvey (2005; 2018) reconhecerá aqui uma formulação próxima àquela abarcada pela noção de ajuste espaço-temporal (*spatio-temporal fix*).

Em suma, consideramos central aqui a consideração do meio ambiente construído como arena fundamental de valorização do capital. Mediante investimentos na construção de próteses espaciais (infraestruturas, reordenamento urbano, habitações etc.) encontra-se uma válvula que dá vazão a somas de capital monetário que, do contrário, restariam ociosas. O longo prazo de maturação dos projetos, seus efeitos multiplicadores (i. e. a possibilidade de estimular o consumo) e a abertura de novos horizontes espaciais para o circuito primário (i. e. conectar novos mercados) são características que enfatizam a importância do circuito secundário na totalidade da dinâmica capitalista.

Vale mencionar que há críticas quanto a que, ao menos em sua formulação original, a teoria de Harvey (2020) acerca da *transposição do capital* (*capital switching*) do circuito primário em direção ao secundário expressaria certo determinismo: isso porque a referida transposição dependeria da sobreacumulação do capital industrial, sendo a dinâmica do ambiente construído tomada como mero reflexo. Também, provar empiricamente esta correlação — entre sobreacumulação de capital industrial, de um lado, e aumento no investimento em ambiente construído, de outro — é tarefa não totalmente empreendida pelo próprio Harvey, de modo que sua construção resta como uma teoria que, mesmo elegante, intuitiva, racional e persuasiva, permanece sendo majoritariamente abstrata (CHRISTOPHERS, 2011, p. 1348).

Ademais, algumas das pesquisas de fôlego que buscaram aplicar a teoria de Harvey a casos concretos, como as de King (1989), envolvendo a Austrália, e a de Beauregard (1994), acerca dos Estados Unidos, chegaram a resultados inconclusivos, não corroborando a suposição de que o circuito secundário estaria subordinado à sobreacumulação industrial.

Ademais, para Ball (1986), a proposição original de Harvey acerca do circuito secundário recai numa espécie de funcionalismo e corresponderia a uma abordagem estritamente econômica: não são analisadas as relações sociais e a dimensão política por detrás dos agentes envolvidos neste circuito secundário, mas apenas a alegada função deste como destino de capital excedente. Feagin (1987), também amparado por um estudo de caso (envolvendo construções comerciais em Houston), deparou-se com um setor de construção civil mais conectado com o circuito financeiro do que com o próprio circuito primário.

Em obras posteriores à formulação original sobre o tema, o próprio Harvey (2013) parece atribuir ao circuito secundário certa autonomia. Como constatado por Christophers (2011, p. 1349), esse aumento de autonomia por parte do circuito secundário estaria relacionado, para Harvey, à crescente dominância da esfera financeira, que passa a entreter laços íntimos junto à construção do ambiente construído. Assim, se o suposto nexos causal entre *sobreacumulação* industrial e *expansão* do investimento em ambiente construído já era questionado por algumas pesquisas (BEAUREGARD, 1994; KING, 1989), o advento da financeirização muda o panorama definitivamente (BALL, 1986; FEAGIN, 1987).

De toda forma, frente ao que foi exposto, considerando o circuito secundário com mais ou menos autonomia frente às outras arenas da dinâmica econômica, gostaríamos de ressaltar que o investimento em ambiente construído corresponde efetivamente a uma forma de *valorização do espaço*. Trata-se de um tipo específico de produção do espaço cuja distinção assenta-se no fato de que os próprios objetos geográficos são objetos de valorização. Vale dizer que a discussão a respeito destas formas de valorização do espaço em sentido restrito mereceria toda uma elaboração à parte. Aqui, trata-se apenas de recuperar algumas destas discussões e apenas alguns dos muitos autores que têm contribuído para pensar as dinâmicas de valorização que tomam o espaço como objeto. Pretendemos tratar sobre estas questões, que fogem ao escopo do presente artigo, com mais profundidade em outra ocasião.

6. Considerações finais

Pesquisas na área de estudos urbanos avançaram sobremaneira no entendimento de como as ações do capital imobiliário e demais agentes econômicos que orbitam o setor de construção civil correspondem a uma forma de produção do espaço subordinada aos desígnios da valorização do valor — dinâmica que se acirra sob a financeirização. Neste sentido pode-se pensar, por exemplo, na *produção das residências como mercadoria* (FIX; PAULANI, 2019 p. 655), ou mesmo na valorização ocorrida mediante propriedade de equipamentos de infraestrutura (RUFINO; FAUSTINO; WEHBA, 2021; LENCIONI, 2021), correspondentes a uma espécie de *capital fixo de tipo autônomo* e incorporado ao ambiente construído (HARVEY, 2013, p. 315). São formas de produção do espaço que correspondem à valorização. Isto é: o espaço é produzido com a finalidade de valorizar certo capital, e seu produto aparece como uma mercadoria (residências ou demais imóveis) ou equipamento (infraestruturas) cuja propriedade ou direito a uso serão vendidos no mercado, sendo este o objetivo precípua da referida produção do espaço.

Da mesma forma, operações envolvendo arbitragens com o preço da propriedade de certa parcela do espaço – urbano (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2015) ou rural (FREDERICO; ALMEIDA, 2019) – também correspondem a uma forma de *valorização do espaço*. Trata-se de uma *valorização especulativa da terra* (ROLNIK, 2015, p. 278): afinal é, “sem dúvida, um valor que se valoriza”, mesmo que “a origem de sua valorização não (...) [seja] a atividade produtiva” (SINGER, 1982, p. 22). Ou seja, este tipo de ação envolvendo o espaço (ainda que possa não ser uma ação material sobre ele, mas mediada por títulos de sua propriedade), é uma outra maneira através da qual se dá a valorização do espaço, como discutido de passagem por meio do conceito de espaço-mercadoria empregado por Seabra (1988) e Godoy (2018).

Naturalmente – e os estudiosos que tratam sobre o tema enfatizam bastante este aspecto –, ambas as formas aqui apresentadas estão intrinsecamente entrelaçadas. No âmbito da construção de um edifício-mercadoria qualquer há sempre a consideração do preço (e da renda) da terra sobre a qual aquele é/será erigido. Como apontado por Fix e Paulani (2019, p.

650): “na produção da construção, a terra vai junto com a mercadoria (o que não acontece no caso da produção de outras mercadorias)”, de modo que a “renda fundiária é, portanto, fundamento de um determinado ramo econômico; ela é suporte da atividade imobiliária”. Assim, a valorização especulativa da terra não está (nem pode estar) dissociada da produção material. Esta indiferenciação se acirra especialmente sob a financeirização, tornando a produção corporativa do espaço urbano um fenômeno complexo e multideterminado, cuja dinâmica tem merecido muitos e valiosos esforços de pesquisa empírica e teórica.

O que gostaríamos de frisar ao recuperar brevemente estas duas formas de valorização do espaço (que aparecem entrelaçadas na realidade contemporânea) é o seguinte: em ambos os casos o espaço – seja materialmente (caso da construção civil) ou envolvendo títulos que garantem sua propriedade (caso da especulação com o preço da terra) – é ele próprio o meio através do qual o capital se valoriza. Destacamos estas duas formas do que consideramos ser valorização do espaço para contrastá-las com aquilo que não consideramos ser. De forma sucinta: entendemos *não* ser valorização do espaço toda produção do espaço ou ação sobre ele (mesmo sob o capitalismo) cujo *objetivo* não seja a valorização do valor.

Desta maneira, circunscrevendo a valorização do espaço a um tipo específico de produção do espaço sob o capitalismo, acreditamos que muitos dos valiosos insights de Moraes e Costa (1987) podem ser incorporados ao debate em busca de uma abordagem crítica à totalidade social partindo da consideração do espaço geográfico. A já mencionada relação entre o valor *do* espaço e o valor *no* espaço é exemplo de uma indicação importante para a avaliação da dimensão espacial das dinâmicas sociais sob o capitalismo. Além de ter sido um marco da renovação crítica da geografia brasileira, a referida obra resta como fonte de contribuições e debates para pensar a realidade e a construção de uma geografia interessada em desvelar as contradições do presente.

Notas

- ¹ Na qual, usualmente, “mais do que entender o porquê do valor na economia capitalista, há uma preocupação de certa forma próxima a dos clássicos de mensurá-lo, de verificar a compatibilidade entre produção e distribuição” (MOLLO, 2013, p. 49) .
- ² Não sendo a teoria marxiana do valor, assim, meramente uma extensão da abordagem ricardiana acrescida da teoria da mais-valia (Ricardo + mais-valia), como costumam entender parte dos adeptos do paradigma do trabalho incorporado (PAPAFOTIOU; SOTIRIS, 2016, p. 16)
- ³ Com o aprofundamento da divisão social do trabalho, os produtores individuais não produzem *diretamente* para consumo próprio, senão para o mercado, através do qual trocam os produtos de seu trabalho pelos produtos do trabalho de outrem, do qual se depende, portanto, para garantia da subsistência.
- ⁴ Conforme ressaltou Milios (2009, p. 264), dizer que o trabalho abstrato determina o valor não implica em considerar o trabalho abstrato uma magnitude empiricamente mensurável: é antes uma abstração que adquire existência tangível apenas no processo de troca e se expressa necessariamente pelo dinheiro.
- ⁵ Tradução do original: “Carpentry does not produce value as carpentry (as carpentry, it produces a chair); rather, it produces value as human labor, whose product is exchanged with other products of human labor. So carpentry produces value precisely as labor abstracted from its concrete manifestation as carpentry. Marx therefore speaks of value-producing labor as abstract labor”.
- ⁶ Tradução do original: “The satisfaction of needs only occurs as a by-product, insofar as it coincides with the valorization of capital. The aim of capitalist production is surplus value and not the satisfaction of needs”.
- ⁷ Tradução do original: “When capital organises the production process so as to maximise valorisation the real object aimed at is money returns. Money is the existent form of ‘abstract wealth’ (Marx) and this means that the activity producing it is itself posited as abstract; hence the living labour employed in the capitalist production process counts only as a passage of working time. The worker becomes ‘time’s carcase’, in Marx’s phrase. Thus ‘abstract labour’ is so posited by the social relations within which production goes on”.

Referências

- ALTHUSSER, L. Sobre a dialética materialista. In: ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 133-181.
- ARTHUR, C. J. **The new dialectic and Marx’s Capital**. Leiden (NLD); Boston (EUA): Brill, 2004.
- BALIBAR, E. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L. et al. (Org.) **Ler o capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 153-274.
- BALL, M. The Built Environment and the Urban Question. **Environment And Planning D: Society and Space**, v. 4, n. 4, p. 447-464, dez. 1986.
- BEAUREGARD, R. A. Capital Switching and the Built Environment: united states, 1970-89. **Environment And Planning A: Economy and Space**, v. 26, n. 5, p. 715-732, mai. 1994.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e Capitalismo**: um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

BORGES NETO, J. M. As várias dimensões da lei do valor. **Nova Economia (Online)**, v. 14, n. 3, p. 143-158, 2004.

CHRISTOPHERS, B. Revisiting the Urbanization of Capital. **Annals of The Association of American Geographers**, v. 101, n. 6, p. 1347-1364, nov. 2011.

FEAGIN, J. R. The secondary circuit of capital: office construction in Houston, Texas. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 11, n. 2, p. 172-192, jun. 1987.

FINE, B. Labour theory of value. In: FINE, B.; SAAD FILHO, A. (Org.) **The Elgar Companion to Marxist Economics**. Cheltenham (RU); Northampton (EUA): Edward Elgar, 2012. p. 194-199.

FIX, M.; PAULANI, L. M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal Of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 638-657, dez. 2019.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do Matopiba. **Revista Nera**, n. 47, p. 123-147, 11 fev. 2019.

GODOY, P. Categorias marxistas e análise do processo de valorização capitalista do espaço. **Formação (Online)**, v. 25, n. 45, p. 35-50, 29 set. 2018.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HEINRICH, M. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2004.

KING, R. Capital switching and the role of ground rent: 2. Switching between circuits and switching between submarkets. **Environment and Planning [S.L.]**, v. 21, n. 6, p. 711-738, jun. 1989.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. In: RUFINO, B.; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. (Org.).

- Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço:** análises em uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 37-60.
- LIMA, R.; HEINRICH, M. Objetividade valor e forma valor: apontamentos de Marx para a segunda edição de O Capital. **Revista de Economia Política (Online)**, v. 3, n. 1 (150), p. 201-214, 2018.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. **O capital:** livro I capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editoras Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital**, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital**, livro II. Editora Boitempo, São Paulo, 2014.
- MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo:** o capitalismo e suas crises. Campinas: UNICAMP-IE, 2004.
- MILIOS, J. Rethinking Marx's Value-Form Analysis from an Althusserian Perspective. **Rethinking Marxism** [S.L.], v. 21, n. 2, p. 260-274, abr. 2009.
- MOLLO, M. L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. Campinas: **Crítica Marxista**, n. 37, p. 47-66, 2013.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREIRA, R. Assim se Passaram Dez Anos - A Renovação da Geografia Brasileira no Período 1978-1988. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2009.
- PAPAFOTIOU, D.; SOTIRIS, P. Althusser and value-form theory: a missed encounter? In: **Historical Materialism Conference**, 13., 2016, Londres. Disponível em: https://www.academia.edu/29894551/Althusser_and_value_form_theory_a_missed_encounter. Acesso em: 07 fev. 2021.
- PARANÁ, E. Valor, dinheiro e capital. In: PARANÁ, E. **Bitcoin:** a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 195-240.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUBIN, I. I. **A teoria do dinheiro em Marx**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.
- RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUFINO, B.; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. Infraestrutura em disputa: da construção crítica de um objeto de pesquisa à compreensão das transformações no contexto da financeirização. In: RUFINO, B.; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. (Org.). **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço**: análises em uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 9-33.

SAAD-FILHO, A. **O valor de Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008. (2008a).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2008. (2008b).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SEABRA, O. C. de L. Pensando o processo de valorização e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 66, p. 97-103, 1988.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36.

SOUZA, E. C. Nota sobre "Valor e capitalismo". **Ensaio FEE**, v. 5, n. 2, p. 169-172, 1984.

Recebido em: 20/09/2021

Aceito em: 27/09/2021